



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO CEE/PA Nº 483 DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – CEE/PA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei nº 9.394/1996 (LDB), pela Lei nº 13.415/2017, pela Lei nº 14.945/2024, pelas Resoluções CNE/CEB nº 2/2024 e nº 4/2025, bem como no Regimento Interno deste Colegiado e no Parecer CEE/PA n. 495/2025, aprovado em sessão plenária realizada aos 23/10/2025, o qual fundamenta e integra a presente Resolução para todos os fins e efeitos de direito;

EMENTA: Dispõe sobre diretrizes e orientações para a organização curricular do **Ensino Médio** e a oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Pará, e dá outras providências.

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução estabelece as diretrizes e orientações para a organização curricular do Ensino Médio e para a oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) no âmbito das redes e instituições públicas e privadas que integram o Sistema Estadual de Ensino do Pará, em conformidade com a legislação e as normas nacionais vigentes.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, adotam-se os conceitos constantes das Resoluções CNE/CEB nº 2/2024 e nº 4/2025, considerando-se Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) os percursos/ educacionais estruturados com, no mínimo, 600 (seiscentas) horas, de livre escolha dos estudantes, que possibilitam o aprofundamento das aprendizagens e do desenvolvimento em uma ou mais áreas do conhecimento.

Art. 3º As redes e instituições de ensino, relativamente às matrizes curriculares do Ensino Médio deverão observar:

- I. a carga horária da Formação Geral Básica (FGB), conforme arts. 35-B, 35-C e 35-D da LDB, seja de, no mínimo, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, respeitadas as disposições específicas relativas às cargas horárias do Itinerário da Formação Técnica Profissional;
- II. a carga horária dos IFAs seja de, no mínimo, 600 (seiscentas) horas, distribuídas em parte ou em todos os anos do Ensino Médio;
- III. sejam respeitadas as especificidades da Formação Técnica e Profissional (FTP);



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

IV. os IFAs possam se organizar como aprofundamentos nas áreas de conhecimento e/ou na FTP, conforme relevância socioterritorial e arranjos produtivos locais.

Art. 4º As escolas do Sistema Estadual de Ensino do Pará deverão ofertar, no Ensino Médio, aprofundamentos que contemplem integralmente as áreas do conhecimento, organizados em no mínimo 2 (dois) itinerários formativos com ênfases distintas, excetuadas aquelas que ofertarem exclusivamente FTP, nos termos do art. 36, § 2º-A, da LDB.

§ 1º. Para o cumprimento do caput, as escolas poderão:

- I – ofertar 2 (dois) ou mais itinerários integrados, com ênfase em 2 (duas) ou 3 (três) áreas do conhecimento;
- II – ofertar 4 (quatro) ou mais itinerários, cada qual com ênfase em 1 (uma) área do conhecimento;
- III – ofertar 2 (dois) ou mais itinerários de FTP;

§ 2º Em localidades onde não seja viável a oferta distinta de dois itinerários, poderão ser implementadas ofertas mediadas por tecnologia, conforme esta Resolução.

§ 3º Deverá ser assegurada a flexibilidade curricular e o direito de escolha do estudante.

Art. 5º Na implementação do currículo do Ensino Médio deverão ser observados:

- I – a articulação entre FGB e IFAs, inclusive quanto à distribuição da carga horária, na forma da lei;
- II – o respeito à formação inicial dos profissionais da educação na alocação docente nos IFAs;
- III – o reconhecimento e a valorização da sociodiversidade, assegurando a inclusão de povos e comunidades tradicionais, em consonância com a dignidade da pessoa humana, a equidade e a educação inclusiva;
- IV – a centralidade do Projeto de Vida dos estudantes;
- V – o alinhamento aos eixos estruturantes da Resolução CNE/CEB nº 4/2025: Método, Conhecimento e Ciência; Mediação e Intervenção Sociocultural; Inovação e Intervenção Tecnológica; Mundo do Trabalho e Transformação Social;
- VI – a possibilidade de reingresso em novo itinerário ou habilitação por concluintes do Ensino Médio, condicionada à disponibilidade de vagas.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Parágrafo único. A oferta do Projeto de Vida é estratégia curricular e poderá obedecer a uma lógica transversal às áreas do conhecimento e deverá estar presente ao longo de todo o Ensino Médio:

I - no início da trajetória formativa no Ensino Médio: a orientação e apoio aos estudantes para a identificação de seus interesses, inclinações e objetivos, definindo a escolha do itinerário que mais se alinha a seu Projeto de Vida; e

II - no final da trajetória formativa no Ensino Médio: a orientação e apoio aos estudantes para a identificação das diferentes oportunidades e possibilidades de progressão de estudos no Ensino Superior e de integração ao mundo do trabalho.

CAPÍTULO II

DA OFERTA POR ENSINO HÍBRIDO E ENSINO MEDIADO POR TECNOLOGIA

Art. 6º Quando a FGB ou os IFAs incluírem unidades curriculares cuja complexidade exija docência especializada indisponível, será permitida, em caráter excepcional, a oferta mediada por tecnologia e/ou híbrida, desde que:

- I.haja planejamento pedagógico específico, compatível com os objetivos das unidades curriculares e devidamente alinhado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;
- II.seja assegurado o acompanhamento pedagógico contínuo por professor da própria escola, responsável por realizar a mediação didática, esclarecer dúvidas, orientar atividades e articular os conteúdos desenvolvidos ao PPP;
- III.as atividades não presenciais, no caso do ensino híbrido, sejam previamente planejadas e integradas às atividades presenciais, com efetiva mediação docente e uso pedagógico das tecnologias digitais;
- IV.sejam consideradas as especificidades dos públicos atendidos, especialmente estudantes da EJA, do campo, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, estudantes surdos e em contextos multilíngues, devendo ser asseguradas:
 - a) a oferta de materiais didáticos acessíveis, em múltiplos formatos e linguagens;
 - b) o uso de recursos de acessibilidade comunicacional, tecnológica e linguística (como Libras, legendas, audiodescrição e interfaces adaptadas);
 - c) a adequação de tempos e ritmos de aprendizagem, respeitando a realidade dos estudantes;
 - d) a valorização dos saberes locais, comunitários e das práticas culturais dos territórios de pertencimento;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

- e) a mediação docente sensível às condições socioculturais e à diversidade de contextos em que ocorre o processo formativo.

Art. 7º No Ensino Médio noturno, a escola poderá adotar modelos flexíveis de jornada, incluindo ensino híbrido e mediação por tecnologia, desde que:

- I – na flexibilização da carga horária mínima anual de 1.000 horas, o uso de ensino híbrido e mediado por tecnologia garanta a progressão das aprendizagens;
- II – a integração entre Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) possa ocorrer por meio de:
 - a) atividades interdisciplinares com apoio de tecnologias educacionais;
 - b) projetos de investigação ou intervenção social que combinem momentos presenciais e não presenciais síncronos e assíncronos;
 - c) atividades complementares planejadas, realizadas em outros ambientes e horários, com suporte de tecnologias digitais.

Art. 8º As condições excepcionais justificadoras da mediação tecnológica e/ou ensino híbrido incluem, além da falta de docente específico: regiões de difícil acesso, itinerância, baixo número de estudantes, limitações de infraestrutura, oferta noturna, pessoas privadas de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS ITINERÁRIOS POR ÁREAS DO CONHECIMENTO

Art. 9º A partir do ano letivo de 2026, todas as escolas deverão atender ao disposto neste Resolução e ofertar no mínimo 2 (dois) itinerários formativos distintos de aprofundamento nas áreas do conhecimento, de modo que, em conjunto, contemplem as quatro áreas definidas na Resolução CNE/CEB nº 4/2025:

- I. Linguagens e suas Tecnologias;
- II. Matemática e suas Tecnologias;
- III. Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- IV. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

§ 1º Cada itinerário deverá ser estruturado com base nos elementos conceituais, competências e habilidades específicas da respectiva área do conhecimento, conforme o Quadro de Objetivos de Aprendizagem constante da Resolução CNE/CEB nº 4/2025.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

§ 2º A organização curricular dos itinerários deverá manter coerência com os Projetos de Vida dos estudantes e com os eixos estruturantes estabelecidos pela Resolução CNE/CEB nº 4/2025, assegurando a articulação entre formação acadêmica, cidadania e inserção no mundo do trabalho.

Art. 10 Com o objetivo de assegurar a qualidade, a equidade e a diversidade de trajetórias formativas, os Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) poderão ser organizados de forma flexível, observando-se, entre outros, os seguintes modelos:

- I. itinerários que integrem diferentes áreas do conhecimento articuladas a áreas de atuação profissional, respeitada a carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas;
- II. itinerários integrados estruturados em blocos de conteúdos complementares entre duas ou mais áreas do conhecimento;
- III. itinerários com ênfases específicas em determinados campos do saber ou áreas de atuação profissional, tais como Ciências Biomédicas e da Saúde, Artes ou Ciências da Computação e Programação;
- IV. itinerários ofertados exclusivamente na modalidade de Formação Técnica e Profissional (FTP), organizados conforme os eixos e áreas tecnológicas definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (DCN da EPT) e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

CAPÍTULO IV

DOS ITINERÁRIOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL (IFTP)

Art. 11 O Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP) no Ensino Médio poderá ser desenvolvido de forma integrada, concomitante, concomitante intercomplementar ou subsequente à Formação Geral Básica (FGB), observadas as disposições da Lei nº 9.394/1996, nas seguintes possibilidades:

- I.2.400 (duas mil e quatrocentas) horas de FGB, complementadas e articuladas aos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs) por áreas do conhecimento;
- II.2.100 (duas mil e cem) horas de FGB, complementadas e articuladas a cursos técnicos de 1.000 (mil) ou 1.200 (mil e duzentas) horas;
- III.2.200 (duas mil e duzentas) horas de FGB, complementadas e articuladas a cursos técnicos de 800 (oitocentas) horas.

Parágrafo único. Na organização curricular em etapas de qualificação profissional técnica, a carga horária da FGB não poderá ser inferior a 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 12 No Ensino Médio ofertado em tempo parcial, admite-se a contabilização simultânea de até 300 (trezentas) horas entre a FGB e o IFTP, exclusivamente nos casos de cursos técnicos com carga horária de 1.000 (mil) ou 1.200 (mil e duzentas) horas, conforme previsto no art. 35-C da LDB.

Art. 13 Os IFTP compreendem percursos educacionais da Educação Profissional Técnica de nível médio, organizados de acordo com os eixos e áreas tecnológicas definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (DCN da EPT) e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), devendo considerar:

- I.a realização de vivências práticas no setor produtivo e/ou em ambientes de simulação, incluindo experiências de aprendizagem profissional, valorizando percursos prévios e orientando para a continuidade dos estudos;
- II.a conformidade com o CNCT quanto ao perfil profissional de conclusão, carga horária, infraestrutura e padrões mínimos de qualidade;
- III.a organização curricular que assegure habilitação técnica de nível médio e/ou certificações intermediárias de qualificação profissional (com terminalidade parcial ou total), nos termos do art. 24 da Resolução CNE/CEB nº 2/2024;
- IV.a preparação objetiva para o mundo do trabalho, articulando desenvolvimento pessoal, compreensão das dinâmicas laborais e atualização técnico-mercadológica e social da escola.

Art. 14 A oferta do IFTP poderá considerar:

- I. flexibilidade pedagógica, mediante o uso de ambientes físicos e/ou virtuais que possibilitem a realização de práticas formativas;
- II. a implementação de percursos experimentais não constantes do CNCT, desde que previamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA).

Parágrafo único. No Ensino Médio o IFTP deverá articular-se à FGB exclusivamente nas formas de:

- I. curso de habilitação profissional técnica de nível médio; ou
- II. conjunto de qualificações profissionais técnicas articuladas entre si, que possibilitem a obtenção de habilitação técnica ao final do Ensino Médio, desde que o estudante curse todas as qualificações previstas.

Art. 15 As redes públicas de ensino poderão estabelecer parcerias com instituições autorizadas e reconhecidas para o fortalecimento da oferta do IFTP, conforme atos



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

autorizativos próprios expedidos pelo CEE/PA a partir da demanda informada pelas Secretarias interessadas.

Parágrafo único. Havendo atividades realizadas fora da unidade escolar de matrícula do estudante, deverão ser definidos pela rede os procedimentos para registro da vida escolar, incluindo matrícula, frequência, avaliação, rendimento e certificação.

Art. 16 As instituições que ofertarem IFTP deverão disponibilizar previamente aos estudantes, como forma de orientação para escolha do percurso, no mínimo as seguintes informações:

- I. competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- II. eixo e área tecnológica do curso;
- III. perfil profissional de conclusão;
- IV. campos de atuação e ocupações correspondentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- V. normas legais relacionadas ao exercício profissional;
- VI. certificações intermediárias previstas, quando houver;
- VII. objetivos e grau de aprofundamento da formação;
- VIII. formação exigida dos docentes;
- IX. condições estruturais e parcerias institucionais existentes;
- X. critérios de avaliação, certificação e diplomação.

CAPÍTULO V

DA ESCOLHA, DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 17 Na documentação de transferência, a instituição deverá registrar, de forma sintética, os itinerários cursados total ou parcialmente, com carga horária e períodos de início e conclusão/interrupção.

Parágrafo único. Os processos internos de mudança entre itinerários (limites, prazos e periodicidade) constarão dos regulamentos internos, mediante solicitação do aluno maior de idade ou de seu responsável legal.

Art. 18 As redes e instituições deverão detalhar, em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), estratégias de adaptação, equivalência, reforço, complementação, aceleração e aproveitamento, garantindo, inclusive a estudantes transferidos de outros países e estados, o direito ao reconhecimento de experiências prévias.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 19 No âmbito da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs), inclusive os de Formação Técnica e Profissional (FTP), poderão ser aproveitados, aferidos, reconhecidos ou certificados estudos, competências e saberes adquiridos em diferentes contextos, mediante:

- I. avaliação de competências por equipe da instituição de ensino;
- II. demonstração prática das aprendizagens realizadas;
- III. apresentação de documentação comprobatória emitida por instituições de caráter educativo.

§ 1º A instituição de ensino responsável pela conclusão do curso técnico expedirá o diploma de técnico de nível médio, considerando os estudos e aprendizagens previamente desenvolvidos pelo estudante, inclusive em outras redes ou instituições de ensino públicas ou privadas.

§ 2º O histórico escolar e o certificado ou diploma deverão registrar, de forma detalhada, o perfil profissional de conclusão, os componentes curriculares ou etapas cursadas, as respectivas cargas horárias, frequências, resultados de aproveitamento e, quando for o caso, a carga horária do estágio supervisionado.

Art. 20 A transferência não garante a continuidade do mesmo itinerário na instituição de destino. Caberá à equipe pedagógica oferecer acompanhamento para a adaptação do estudante.

Parágrafo único. Na transferência, o estudante escolherá o itinerário disponível, segundo critérios da instituição (rede privada) previstos no PPP e Regimento, ou normas das redes públicas.

**CAPÍTULO VI
DA CERTIFICAÇÃO E DA DIPLOMAÇÃO**

Art. 21 Adotam-se, no Sistema Estadual de Ensino do Pará, os seguintes processos:

- I – certificação final de conclusão do Ensino Médio não integrado à EPT;
- II – certificação profissional inicial/intermediária (componentes isolados, módulos ou competências), conforme CNCT;
- III – diplomação pela conclusão de curso técnico de nível médio, com titulação específica do CNCT.

§ 1º A certificação e diplomação são responsabilidade da instituição autorizada, constando em regimentos e documentos pedagógicos.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

§ 2º Em parcerias, sempre entre Instituições autorizadas, observar-se-á:

- I. a escola de origem emite a conclusão do Ensino Médio;
- II. a parceira emite os certificados/diplomas de atividades sob sua responsabilidade;
- III. as formações constarão em documentos distintos, assegurando o registro integral da trajetória;
- IV. para habilitação técnica, a parceira somente diplomará mediante comprovação da conclusão da FGB.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DISCENTE E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Art. 22 A organização do processo de avaliação, progressão e registros é prerrogativa da rede/instituição, no exercício de sua autonomia, respeitados os parâmetros legais. Parágrafo único. Poderão ser adotadas sistemáticas diferenciadas de avaliação entre FGB e IFAs, conforme o PPP.

Art. 23 A sistemática de avaliação deverá constar nos regulamentos internos e no PPP, com ampla divulgação à comunidade escolar.

Art. 24 As condições de escolha dos IFAs devem resultar de decisão consciente do estudante, pressuposto um trabalho consistente de Projeto de Vida.

Art. 25 Os estabelecimentos deverão registrar, em seus Regimentos:

- I. regras de escolha, mudança e transferência entre itinerários;
- II. número mínimo e máximo de estudantes por turma;
- III. critérios de abertura de turmas (disponibilidade de profissionais habilitados e infraestrutura).

Art. 26 As novas organizações curriculares do Ensino Médio, conforme a Lei nº 14.945/2024, e dos cursos de EPT deverão constar do PPP para fins de renovação ou concessão de atos autorizativos a partir da publicação da presente Resolução.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 A atuação docente no Ensino Médio observará a formação e habilitação exigidas em lei, salvo excepcionalidades normatizadas por este Conselho Estadual de Educação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Art. 28 As redes públicas realizarão estudos diagnósticos territoriais (sociais, econômicos, culturais), inclusive com georreferenciamento, para planejar a oferta de IFAs e ampliar oportunidades de escolha aos estudantes.

Art. 29 Fica assegurado aos estudantes matriculados sob a organização da Lei nº 13.415/2017 o direito à conclusão segundo aquela organização curricular.

Art. 30 Para garantir pluralidade, diversidade e inclusão, as instituições poderão adaptar objetivos de aprendizagem, competências e habilidades à realidade local e ao perfil sociocultural, sem prejuízo do cumprimento da legislação.

Parágrafo único. As adaptações para estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação observarão o AEE e a terminalidade específica, conforme legislação vigente.

Art. 31 Fica a critério de cada instituição, visando à melhor aprendizagem, o ordenamento interno dos objetivos de aprendizagem e das unidades temáticas ao longo do ano letivo, admitidas formas inter, multi e transdisciplinares nas áreas do conhecimento.

Art. 32 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, em Belém, 23 de outubro de 2025.

MARIA BETÂNIA DE CARVALHO FIDALGO ARROYO
Presidente do CEE/PA